



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Realizada no dia 22 de abril de 2016

Ata n.º 8/2015

----- No dia vinte e dois de abril de dois mil e dezasseis, na vila de Penela, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, estando presentes os senhores Vereadores Emídio Domingues, Rafael Cândido Justino Baptista, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos e Paulo António Silva Roxo.-----

----- Secretariou a reunião a Técnica Superior, Maria Leonor dos Santos Carnoto.-----

----- Verificada a presença dos referidos membros, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da agenda de trabalhos, da qual faziam parte os seguintes pontos:-----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

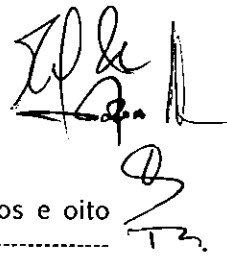
1. Finanças Municipais;
2. Assuntos de interesse da Autarquia
3. Outras Intervenções

ORDEM DO DIA:

1. Leitura e aprovação da ata anterior;
2. Projetos e requerimentos de obras particulares;
3. Requerimentos diversos;
4. Expediente vário;
5. Informação financeira
6. Conta de Gerência 2015.
7. Modificação dos Documentos previsionais - 1ª Revisão.
8. Área de reabilitação urbana de Penela – 1ª alteração.
9. Comemorações do 25 de abril - programa.
10. Execução da Rede de saneamento de Venda dos Moinhos, Grocinas, Casal Novo, Viavai, Estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos – 1ª. fase. Concurso público
11. Quebra de vidro em viatura. Indemnização.

----- Sendo dezassete horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, entrando-se na apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos. -----

1. FINANÇAS MUNICIPAIS - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número setenta e sete (referente ao dia útil anterior - sexta-feira) o qual apresenta os seguintes valores:-----
----- SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: - 150.445,21€ – cento e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e vinte um cêntimos;-----



-----SALDO EM DOCUMENTOS: - 62.102,08 – sessenta e dois mil, cento e dois euros e oito cêntimos;-----
-----SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - 452.912,94 – quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e doze euros e noventa e quatro cêntimos.-----
A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. ASSUNTOS DE INTERESSE DA AUTARQUIA -----

- O Senhor Presidente da Câmara informou que: -----
- COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - Decorreu no dia 5 de Abril, a reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, com a presença dos agentes de Protecção Civil e do Senhor Comandante Operacional Distrital, para orientação e preparação do dispositivo de combate, prevenção e vigilância. -----
- DGEST - REUNIÃO REDE ESCOLAR 2016 - No passado dia 7 de Abril, realizou-se a reunião com a DGEST sobre a proposta de organização da rede escolar concelhia. De realçar que garantimos o funcionamento de todos os centros educativos. Na educação pré-escolar temos 7 salas (incluindo o Jardim de Infância do Rabaçal). Não se verificou a diminuição do número de turmas. -----
- CERCÍ - TEATRO - Foi apresentado, em estreia, no dia 8 de Abril no auditório municipal a peça “Romeu e Julieta” pelo grupo de teatro da Cerci Penela “Obras Feitas”. Em nome do Município teremos de reconhecer o enorme esforço e dedicação dos utentes e de todos quanto trabalham e prepararam esta encenação. É um exemplo de superação e de inclusão que nos orgulha. -----
- ALDEIAS DO XISTO - Foi outorgada, no dia 9 de Abril, a assinatura do consórcio da Estratégia de Eficiência Colectiva da AG da Agência de Desenvolvimento das Aldeias do Xisto. E foi submetida a candidatura à Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE, nos termos do Aviso para este programa do Centro 2020. -----
- INVERNO CULTURAL - No passado dia 10 de Abril decorreu o encerramento do Inverno Cultural 2016, na Lagoa de Podentes. Este ano, uma vez mais, a iniciativa que apenas é possível pelo interesse e envolvimento das associações locais e com a participação do movimento associativo e cultural decorreu com elevada participação e com manifestações etnográfica, culturais interessantíssimas e de muita qualidade.-----
- MISSÃO DIPLOMÁTICA À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA - Visitou a China de 11 a 22 de abril a Convite do Departamento Internacional do Partido Comunista Chinês, com o objetivo de visitar as Cidades de Pequim, Dalian, Ningbo e Hangzhou e, neste âmbito, aprofundar as relações bilaterais, a construção económica e abertura ao exterior da China, o Décimo Terceiro Plano Quinquenal da China e as cooperações sino-portuguesas.-----
Da avaliação resulta a conclusão de que a China está num processo seguro de desenvolvimento económico e social, apoiado no Plano Quinquenal e com uma estratégia de Reforma e Abertura que permitem concluir que os resultados a que a China se propõe serão alcançados. -----

3. OUTRAS INTERVENÇÕES:

- O senhor Vice-presidente:-----
- Sobre a alteração do local da realização do mercado do queijo e do Romanos, acrescentou que o terreno estava “empapado”, sendo impossível colocar qualquer tipo de estrutura. -----
- Sobre a participação em Ormesson, onde esteve, disse ter acompanhado um dos nossos produtores de vinho, que foi expor e vender a sua marca naquele que foi o mês de Portugal em Ormesson. De relevar os contactos feitos com alguns importadores, alguns deles muitos uteis. -----
- Sobre a peça de teatro, reforçou o que foi dito pelo senhor Presidente, salientando o talento e a alegria dos atores. -----
- Sobre o Inverno Cultural, subscreveu também as palavras do senhor Presidente e referiu tratar-se de um evento que teve algumas melhorias e novidades, o que contraria a imagem que foi criada de ser um evento repetitivo.-----
- Disse ter participado na festa da matança, na Chainça, organizada pela União de Freguesias, que como primeira iniciativa teve muito mérito. -----
- O Vereador Rafael Baptista: -----
- No dia sete de abril esteve na reunião da DGEST, onde foi discutida a proposta de organização da rede escolar concelhia, tendo ficado satisfeito com o facto da proposta do município ter sido bem aceite.-----

- No dia 8 de abril assistiu à estreia da peça de teatro “Romeu e Julieta”, encenada pelo grupo de teatro da CerciPenela “Obras Feitas”. Foi um marco para os jovens e cuidadores da CERCI, consolidando o seu papel preponderante na atividade cultural do concelho. -----
- Ainda nos dias 7 e 8 de Abril no âmbito das comemorações do Dia da Árvore, da Água e da Poesia, decorreram no espaço do HIESE uma série de actividades de dinamização das crianças do pré-escolar e 1ºCEB, propostas pelo município e incluídas no Plano Anual de Actividades do Agrupamento. Com o envolvimento empenhado das colaboradoras da cultura e da educação, da ATB, educadoras e professoras. Tendo, com êxito, cumprido os objectivos definidos para a actividade.
- No dia 19 de Abril, houve reunião do Conselho Geral do Agrupamento, onde foi feita a análise do aproveitamento dos alunos no segundo momento de avaliação.
- No dia 20 de abril decorreu a Assembleia Geral da AREAC com apreciação do Plano Anual de Atividades.-----

- O senhor Vereador Eduardo Santos:-----
- Fez uma referência ao facto de, aquando do pedido de adiar a data da reunião, lhes ter sido dito que era para dar mais tempo aos técnicos e aos Vereadores, mas isso não aconteceu, inclusive recebeu ainda hoje, durante a manhã, documentos que não teve tempo de ver. Disse lamentar tal situação, que julga ser desrespeitosa.-----
- O senhor Presidente, informou que o documento enviado foi o relatório do ROC, que só poderá dar parecer após a aprovação do relatório de Contas. A questão que se poderá discutir é se a Câmara tem, ou não, que se manifestar sobre o mesmo. Acrescentou que algumas Câmaras Municipais nem sequer dão conhecimento dos mesmos, levando-o apenas à Assembleia Municipal. Ainda assim foi garantido o prazo que a lei exige para entrega da documentação. -----
- O senhor Vereador Eduardo Santos, referiu que os relatórios chegaram há três dias e os restantes documentos apenas há dois dias.-----

- O senhor Vereador Paulo Roxo:-----
- Disse ter sido com agrado que participou na festa da matança do porco, ocorrida na Chainça, dando os parabéns à organização.-----
- Sobre a visita à China e o seu tipo de economia, disse ter uma opinião muito própria sobre o assunto. É uma economia frágil por ter um crescimento substancial que não apresentou desenvolvimento. A China provavelmente não será a melhor economia/mercado para Portugal, ainda que tenha uma classe média considerável. A nossa realidade assenta em produção de qualidade e não em quantidade, daí devermos estar virados para mercados “nicho” que apreciam qualidade.-----

ORDEM DO DIA

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos deste Executivo, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada. -----
2. OPERAÇÕES URBANISTICAS: Foram presentes os pedidos de obras particulares a seguir mencionados, sobre o qual a Câmara Municipal, tomou conhecimento do deferimento da arquitetura:-
 - Processo nº. 29/2015 – Armando Simões dos Santos Fernandes, residente na Rua de Santa Luzia, nº. 10, Ranhados, 3500-649 Viseu, apresentando projeto para obras de reabilitação de um edifício para turismo rural, na vila e freguesia de Espinhal. -----
 - Processo nº. 4/2016 – Guilherme Manuel Lopo Dias dos Reis, residente em Santo Amaro, união de freguesias, concelho de Penela, apresentando projeto para obras de reabilitação de um edifício para habitação, sito na vila de Penela.-----
 - Processo nº. 5/2016 – Guilherme Manuel Lopo Dias dos Reis, residente em Santo Amaro, união de freguesias, concelho de Penela, apresentando projeto para obras de reabilitação de um edifício para habitação, sito na vila de Penela.-----
3. REQUERIMENTOS DIVERSOS: Não houve.-----
4. EXPEDIENTE VÁRIO: Deu conta do relatório PenelaPresépio, distribuindo um exemplar aos membros do executivo.-----

5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA:

5.1 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS: Pelo senhor Presidente foi presente, para conhecimento, a declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de janeiro de 2016.
"Assunto: Compromissos Plurianuais à data de 31 de março de 2016.
Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 18 de junho de 2012 e da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2012 informo os compromissos plurianuais assumidos pelo Município constam do quadro seguinte e discriminados no mapa em anexo:

Ano	Montante
2017	726.951,12€
2018	629.115,77€
2019	491.536,17€
2020 e sgs	2.120.588,93€

Penela, 18 de abril de 2016.
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

5.2 MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL: Foi ainda presente a informação sobre a monitorização e acompanhamento do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, cujo texto se transcreve.

Assunto: Monitorização e Acompanhamento do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local.....
Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Decreto-Lei nº. 43/2012 de 28 de Agosto, o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal, trimestralmente e através de informação prestada pela Câmara Municipal e que integra a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano.

Assim, e para os devidos efeitos a apresentamos de seguida os seguintes dados:
O município celebrou, em 16 de Novembro de 2012, um contrato de financiamento com o Estado Português destinado ao pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de Março de 2012 registadas no Sistema Integrado de Informação da Administração Local até ao montante de 2.313.527,86€.
Em 27 de Dezembro de 2012, o município recebeu a primeira tranche do referido empréstimo no montante de 1.619.469,50€, correspondentes a 70% do montante financiado.
Em 30 de Agosto de 2013, o município recebeu a segunda tranche no montante de 623.585,35€. O valor total recebido pelo Município de Penela ao abrigo do PAEL foi de 2.243.054,85€.
Apresentamos de seguida o resumo da redução dos pagamentos em atraso:

Descrição	Valor
Pagamentos em atraso em 31/12/2011	3.613.956,10€
Pagamentos em atraso em 31/12/2012	1.017.216,99€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2012	2.596.739,11€
Pagamentos em atraso em 31/12/2013	88.042,53€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2013	929.174,46 €
Pagamentos em atraso em 31/12/2014	0,00 €
Redução dos Pagamentos em atraso em 2014	88.042,53 €
Pagamentos em atraso em 31/12/2015	0,00 €
Redução dos Pagamentos em atraso em 2015	0,00 €
Pagamentos em atraso em 31/03/2016	0,00 €

No ano de 2012 o município reduziu os pagamentos em atraso em 2.596.739,11€.
No ano de 2013 o município reduziu os pagamentos em atraso em 929.174,46€.
No ano de 2014 o município reduziu os pagamentos em atraso em 88.042,53€.
Deste montante, encontra-se ainda em dívida o valor de 40.436,29€. Este montante refere-se a documentos que, por dificuldades inerentes aos fornecedores/credores, ainda não foi possível regularizar pelo que foram excepcionados dos pagamentos em atraso.

Relativamente ao serviço da dívida:-----

Em 2013 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 174.983,98€ dos quais 133.954,43€ correspondem a amortização e 41.029,55€ correspondem a juros.-----

Em 2014 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 217.103,20€ dos quais 166.685,62€ correspondem a amortização e 50.417,58€ correspondem a juros.-----

Em 2015 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 208.330,52€ dos quais 161.867,90€ correspondem a amortização e 46.462,62€ correspondem a juros. Procedeu ainda à amortização extraordinária no montante de 190.755,78€.-----

O montante em dívida à data de 31 de Dezembro de 2015 é de 1.589.791,12€.-----

Relativa mente às medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro:-----

- Foi feita a revisão do tarifário de águas, saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos;-----
- No seguimento da aprovação pela Câmara Municipal em 26 de Outubro de 2015 e da Assembleia Municipal em 14 de Dezembro de 2015, das propostas relativas à execução orçamental para o ano de 2016, foi aprovada em reunião de Câmara do dia 01 de Fevereiro de 2016 a atualização da tabela de taxas, tarifas e licenças municipais por aplicação do fator de atualização do Índice de preços do consumidor de 1,00208628000000 a aplicar a partir de 01 de Março de 2016;-----
- Relativamente à receita liquidada referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis:-----

Ano	Receita IMI Cobrada	Acréscimo de IMI	Receita de IMI dos Prédios Avaliados no âmbito da AG	Varição do IMI resultante do Processo de Avaliação Geral Comunicado pela AT
2012	377.923,91€	17.187,67€	92.203,72€	
2013	498.744,87€	120.820,96€	171.383,21€	79.179,49€
2014	546.756,50€	48.011,63€	188.836,52€	96.632,80€
2015	561.577,9 €	14.821,41€	148.813,94€	56.610,22€

Até 31 de março de 2016, o município recebeu de IMI o valor de 7.607,81€ enquanto no período homólogo de 2015 tinha recebido o valor de 11.139,14€ pelo que existe um decréscimo de 7.213,60€.

-----As rendas e concessões de edifícios foram atualizadas de acordo com os regulamentos existentes e pela aplicação do coeficiente de actualização de 1,0016 fixado pelo aviso n.º 10784/2015, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, no D.R., 2ª Série n.º. 186, de 23/09/2015, com efeitos a partir do mês de Janeiro de 2015;-----

----- Sempre que possível o município tem efetuado aquisições de bens recorrendo à Central de Compras de forma a reduzir as despesas de funcionamento através da agregação de necessidades;-----

----- Relativamente à redução de subsídios e transferências para terceiros no ano de 2012 foram com prometidos 896.811,11€ e em 2013 foram comprometidos 787.163,52€ pelo que se verificou um decréscimo de 109.647,59€. No ano de 2014, foram com prometidos 742.155,55€ pelo que, relativamente a 2013, verificou-se um decréscimo de 45.007,97€. No ano de 2015, foram comprometidos 692.148,47€ pelo que, relativamente a 2014, verificou-se um decréscimo de 50.007,08€. No ano de 2016 a redução de subsídios e transferências para terceiros vai ser executada ao longo do ano.-----

Penela, 18 de abril de 2016-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

6. CONTA DE GERÊNCIA 2015: Foram presentes os documentos de Prestação de Contas do Ano elaborados de acordo com as disposições legais constantes no Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º. 162/99 de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º. 315/2000, de 2 de Dezembro e Decreto-lei n.º. 84-A/2002, de 5 de Abril, discriminados na deliberação. Foi ainda presente o relatório do Revisor Oficial de Contas Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, SA do qual o executivo tomou conhecimento.-----

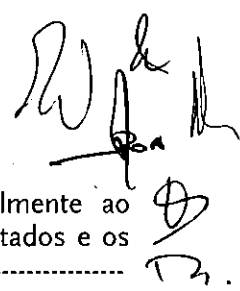
Pelo senhor Presidente foram explicados os documentos de prestação de contas, salientando alguns aspetos mais relevantes, pelo que se transcreve o texto da sua apreciação:-----

“PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANO FINANCEIRO 2015-----

MENSAGEM DO PRESIDENTE-----

NOTA PRÉVIA-----

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter



à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Em conformidade com as considerações técnicas e normativas, designadamente, a Lei das Finanças Locais, o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão Deliberativo Municipal um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Penela, bem como salientar as actividades e investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2015. Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o Relatório de Gestão do exercício de 2015 é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pelo Município de Penela e a eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em devida conta, além do citado POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais, bem como toa a legislação integrada no perímetro da administração pública local.

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Penela no ano de 2015 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

Nestes termos,

O relatório de gestão inclui a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos.

Estes são, muito em suma, os objetivos do presente instrumento de trabalho e que nos cumpre sublinhar nesta mensagem.

O ano de 2015 foi, em termos gerais, pautado por uma continuidade de racionalização dos custos, tendo sido avaliados diversos custos de funcionamento e adotadas as concomitantes soluções a porem em prática, bem assim, foram avaliados os resultados obtidos, atento o princípio da economia das operações.

Podemos também referir que em 2015 demos continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito das linhas estratégicas fundamentais para o desenvolvimento do concelho, definidas desde o início do mandato, em 2013, e que se sintetizam numa visão do território como um espaço de potencialidades a desenvolver nos sectores estratégicos.

Na valorização do território e na sua projecção regional e nacional através da capacitação dos seus factores distintivos como a identidade e património o ano de 2015 caracterizou-se por um elevado ratio de investimento de capital. Comparado com o ano anterior houve uma evolução muito significativa das receitas de capital e do investimento, apesar de nos encontrarmos num período de transição de Quadro Comunitário, em que se verifica uma diminuição das fontes de financiamento. Em 2015 verificou-se, ainda, uma melhoria da performance de investimento comparado com 2014. Se em 2014 a despesa corrente correspondeu a 75,12% das despesas, em 2015 esse valor cifrou-se em 64,21%, enquanto na despesa de capital um avanço de 24,87% em 2014 para 35,79% em 2015.

É missão do executivo o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, potenciando a qualidade de vida dos cidadãos e aumentando as oportunidades destes., sendo os seus princípios de actuação caracterizados pela:

QUALIDADE (Focalização no serviço a prestar ao munícipe e nas suas necessidades actuais e futuras)

RESPONSABILIDADE (Dedicação e lealdade à missão de serviço público)

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

EFICÁCIA NA GESTÃO

SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

SUSTENTABILIDADE (Cuidar do presente e do futuro de Penela, conciliando a visão e o estratégico das necessidades de hoje sem comprometer o futuro)

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS:

1. Consolidar Penela como um território atractivo para viver e trabalhar, multiplicando oportunidades e reproduzindo progresso, generalizando a igualdade de oportunidades e promovendo a solidariedade e bem-estar social para todos. Construir um território, qualificado e inovador, ganhando dimensão crítica relevante.

2. Promover Penela como território de investimento, competitividade e inovação, consolidando e densificando as redes de desenvolvimento temáticas em que se encontra, firmando a estratégia de captação de investimento.



3. Consolidar Penela como um território de desenvolvimento turístico, designadamente do Turismo de Natureza e do Touring Cultural; -----

4. Aprofundar o modelo de governação municipal, apostando na qualificação do serviço público próximo do cidadão, valorizando os recursos humanos e equilibrando a situação financeira da autarquia, apostando no equilíbrio da situação financeira da autarquia, com a introdução de medidas adequadas à racionalização e contenção da despesa pública municipal e de aumento da receita, de forma a garantir a prossecução dos investimentos necessários à concretização da estratégia municipal e de modo a que a autarquia possa cumprir com os compromissos assumidos.

5. Promover o reforço da competitividade do concelho de Penela, reforçando o seu papel na região e no país, reforçando a sua identidade e potenciando as suas “marcas distintivas”. -----

6. Criar oportunidades, desenvolver e aprofundar a solidariedade, apostando nos sectores culturais, no ambiente e na educação. -----

7. Melhorar a eficiência e a reatividade da rede social na sinalização, acompanhamento e apresentação de soluções para os cidadãos que estejam em situação de exclusão social ou mais desprotegidos. -----

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS -----

1. A prestação de contas aos eleitos é dos actos mais nobres do exercício autárquico, mostrar o que se fez, como se geriram os dinheiros públicos, dar transparência à governação. -----

Constitui um dos momentos anuais mais importantes e responsabilizantes da nossa política municipal. Momento de balanço, sempre necessário, além de legal. Neste contexto nacional, em que as contas públicas e a terminologia financeira são tão comentadas parece que ainda tem maior importância o escrutínio da conta de gerência. -----

Não obstante a conjuntura económica e financeira do País e da Europa, óbice para alguma das nossas realizações, a avaliação das nossas contas é claramente evidenciadora pela positiva daquilo que persistimos em fazer e fizemos, agora com a especial resiliência e controlo que nos é exigido. -----

2. Em 2011 Portugal mudou. Os exercícios de 2013, 2014 e 2015 são ainda reflexo e consequência dos novos modelos organizacionais e de governança que as autarquias, obrigatoriamente, adoptaram. -----

Em 2015 encurtámos a falibilidade dos compromissos previsionais e a afinização contínua do planeamento orçamental que nos permitiu melhorar, significativamente, os níveis de execução orçamental. Em 2014 fizemos uma amortização extraordinária no âmbito do programa de amortizações do PAEL e dos compromissos bancários que apresentavam taxas de juro mais elevadas, permitindo diminuir os encargos financeiros das operações municipais. O orçamento de 2015 foi, de todos, o Orçamento Municipal que mais se aproximou dos valores reais (de receita e despesa) e que nos permite ser mais eficiente e ter maior controlo sobre os recursos municipais. -----

3. Fazemos esta análise retrospectiva após a aprovação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso: após o choque inicial, está a determinar uma efectiva revolução na gestão autárquica. -----

Temos vindo ao longo do tempo a adaptar os nossos documentos previsionais: Apresentámos para 2015 o orçamento municipal mais curto dos últimos anos e, ainda assim, no capítulo das receitas de capital, considerando a proeminência que tem o quadro comunitário de apoio – QREN – fomos prospectivos e ambiciosos o que nos permitiu melhorar os ratios de execução! -----

Adaptamos, cortamos e racionalizamos despesas, atividades e apoios. A poupança na despesa corrente liberta-nos meios para investir e melhorar a competitividade do território! -----

O mundo autárquico está consideravelmente diferente e nós soubemos adaptar-nos, sem comprometer a estratégia de desenvolvimento que delineámos. -----

4. Focalizando no nosso Município, neste contexto nacional recessivo e de cortes/controlo brutal das contas públicas centrais e locais, são felizmente diferentes alguns sinais positivos deste longo Relatório de Gestão e de Prestação de Contas de 2015, destacando convergência para o reconhecido equilíbrio da saúde financeira do Município de Penela, sem prejuízo do investimento capital, que ainda assim, fruto da diminuição das despesas correntes, garantimos! E reconhecamos que o investimento de capital foi assinalável, fruto da capacidade de captação de fundos comunitários, apesar de em 2015 não se ter iniciado o novo ciclo de financiamento dos fundos de coesão europeus e de por via disso, termos visto reduzidas as transferências de capital, facto que é comum e, facilmente, compreensível em períodos de transição de quadros comunitários. -----

5. Um indicador é exemplar: O equilíbrio orçamental (calculado segundo a metodologia POCAL) -----

Vale a pena sublinhar: Penela é um Município em que a receita corrente suporta a despesa corrente (a despesa corrente são todas as despesas de carácter permanente e afectam o património não duradouro da autarquia, designadamente pessoal e aquisição de bens e serviços e amortização média de empréstimos). As nossas receitas correntes em 2014 foram de 5.437.928,39€ e em 2015 de

5.697.692,18€ e a despesa corrente é, respetivamente, de 4.699.641,32€ (2014) e de 4.609.255,59€ (2015). Diminuímos as despesas correntes e obtivemos uma poupança corrente de 1.090.731,49€, apresentando uma evolução relativamente ao exercício financeiro precedente em que obtivemos uma poupança corrente de 742.207,35€! Importa registar a tendência que se tem verificado, atentas as regras de boa-gestão, libertar meios para a despesa de capital. -----

No período actual em Portugal, por certo todos os Penelenses gostarão de saber que em 2015, a sua Câmara Municipal apresenta a Poupança Corrente de 1.090.731,49€. -----

Sublinhe-se que conseguimos esta performance porque reduzimos as despesas correntes, processo que tem no ano financeiro de 2015 continuidade. Podemos referir que apesar de todos os ajustamentos que vimos fazendo ainda foi possível reduzir em 90.385,73€, relativamente a 2014. Um valor expressivo explicado pela diminuição das transferências correntes e com a diminuição da aquisição de serviços. -----

6. Uma nota para as despesas com o pessoal, que representam 23,54% do total das despesas. Uma nota com a variação de mais 15.382,61€ de encargos com recursos humanos, determinado com acréscimo pela reposição de vencimentos (cujo valor é superior à variação) e despesas com o Serviço Nacional de Saúde. Em 2015 estabilizámos o quadro de pessoal (105 funcionários) verificando um ingresso de um colaborador para a DESAS, que se encontrava em licença sem vencimento. -----

7. Uma referência para o esforço e concentração no que se refere ao Quadro de Referência Estratégia Nacional. -----

O Município de Penela desenvolveu um conjunto de bons projectos para colher reconhecimento e aprovação de participações comunitárias. -----

Essa tem sido uma preocupação e uma prioridade no sentido de captar o máximo de financiamento comunitário. Apesar da transição dos instrumentos financeiros e com os programas de apoio associado ao encerramento do quadro comunitário de apoio e de alguns dos seus programas, 2015 foi um ano de grande investimento onde captámos um elevado valor de fundos comunitários. -----

É esse o facto que justifica a boa execução orçamental de capital, registando-se uma receita de capital de 1.462.878,66€ em 2015, quando em 2014 foi de 809.088,57€. Registamos, pois uma variação positiva de 81%. -----

Sobre a Execução Orçamental da Despesa (grau de execução de despesa paga) está situada nos 84,67%! A Execução Orçamental de Receita está situada nos 85,23%, cumprindo com as determinações da Lei 73/2013. -----

8. Apesar da nossa obrigação de ajustamento a esta realidade em plano inclinado, conseguimos, em contraciclo, uma performance de investimento de 35,79%, correspondendo à despesa de capital paga em 2015 que é de 2.568.661,66€, tendo sido em 2014 de 1.556.183,98€ €, o que se traduz num acréscimo de 1.012.477,68€ em comparação com período homólogo. Uma variação de 65%. -----

9. Realce-se os ratios orçamentais do binómio entre a receita de capital e a despesa de capital! Em 2015 a despesa de capital (2.568.661,66€), foi 57% superior à receita de capital (1.462.878,66€)! -----

10. Nesta conjuntura de crise, sublinhe-se, os valores executados na redução do serviço da dívida em 17,59%, seguindo a política de redução de dívida iniciada em anos anteriores (em 2013 a redução foi de 12,29% e em 2014 foi de 10,93%), consolidando uma estabilização realista do nosso desempenho orçamental. -----

Isto é, reduzimos o stock da dívida em 1.029.303,52€. E sem em 2014 já tínhamos tido um desempenho extraordinário em 2015, conseguimos, a maior redução de dívida municipal, pagando mais 349.883,69€, do que no ano anterior. De registar que reduzimos o prazo médio de pagamentos de 148 dias em 2013 para 66 dias em 2014 e em 2015 para 49 dias, não registando pagamentos em atraso (dívida vencida há mais de 90 dias). -----

A dívida Municipal em 2015 era de 4.504.463,87€. Nesta área, reforce-se que, nos últimos 4 anos, essa redução totaliza cerca de 4 milhões de euros, isto é quase 50%, numa evolução com sinais consistentes. Relembre-se, paralelamente, a capacidade de endividamento que legalmente o Município ainda detém que se estima em 3.050.232,73€. -----

De notar que o passivo do Município é principalmente de médio e longo prazo, não exercendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria. -----

11. O Município de Penela encerrou as suas contas referente ao exercício económico de 2014 com um resultado líquido negativo de 2.225.414,78€ e em 2015 de 786.923,88€. Esse facto deve-se, fundamentalmente, aos custos das amortizações do exercício que se cifram em 2.695.887,20€. -----

12. Em conclusão, globalmente verificaram que as Contas de 2015 revelam um esforçado exercício de equilíbrio orçamental, visível no facto da receita corrente ser sustentadamente superior à despesa corrente e com níveis de investimento assinaláveis. -----

Isto é, apresentamos boas contas. -----

13. Assim se alicerça o Futuro de Penela, sempre na firme convicção e prática de que, sobretudo nestes tempos de contenção e recuperação económica, a melhoria contínua do Município tem de começar cá dentro, cuja sucessiva capacitação também se demonstra com este documento, a submeter à Assembleia Municipal e, daí, à população do Município para melhor ajuizar sobre quem somos e o que fazemos na difícil gestão do Condomínio Municipal. -----

14. A execução das GOP por sector de actividade revelam as prioridades de investimento municipal. De notar o investimento nas infra-estruturas básicas (19%), na educação (9%), no Ambiente e Protecção Civil (9%) e no desenvolvimento económico (46%). Se juntarmos os valores realizados nos anos transactos a execução é de 72,63%. -----

15. São factos e números muito relevantes, claramente permitindo concluir que todos fomos capazes de ultrapassar o difícil desafio de ajustamento aos novos modelos, necessidades e variações na governação autárquica. -----

16. Por fim, fomos capazes de mobilizar para a conclusão de que, nestes anos, o Município de Penela se desenvolveu sustentavelmente, tem melhor qualidade de vida. -----

E, sobretudo, olhando o Futuro, tem hoje muito mais recursos (sociais, culturais, desportivos, económicos e ambientais) para continuar a progredir. -----

Penela merece! -----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo, disse ter feito a sua análise mas tudo tem a ver com um prisma e o ponto de vista, tem a ver com o lado em que se vê a coisa. Sobre a execução de 85%, disse ter um dia, em reunião da Assembleia Municipal, dito que daria os parabéns a quem atingisse esse resultado daí os dar. Um dia houve em que um iluminado achou que era um lunático mas assim foi. Os resultados tem de existir por imposição da lei. De seguida passou a ler um pequeno texto sobre a sua apreciação aos documentos, a seguir transcrito: -----

“Breve análise à execução orçamental e GOP do Município de Penela no exercício de 2015 e alguns comentários sobre o tema com abordagem política.” -----

Orçamento da Receita: -----

Cito “A Autonomia financeira da autarquia depende de (...), (...) os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais e comunitários”, nota-se aqui alguma fragilidade da autarquia nomeadamente na capacidade de gerar receitas próprias. Passo a clarificar; Ao longo dos anos de gestão da autarquia pelo mesmo partido (PSD), não houve capacidade de criar dinâmicas próprias para, por exemplo, fixação de pessoas (de acordo com os censos) de forma a gerar mais riqueza, falo em IUC, IMI, IMT, taxas, obras. -----

No entanto reflete a execução orçamental a captação de mais receita de IMI e IRS, sobretudo pelo aumento “feroz” fazendo incidir sobre as pessoas uma enorme carga fiscal. No entanto é preciso frisar que a base de incidência é a mesma, não há mais pessoas, não há mais imóveis. -----

É referido neste capítulo que a drástica redução de IMT é devido á crise de crédito hipotecário, e neste caso julgo que não será esse o fator, dado que as indicações dadas por várias instituições bancárias e faço referência ao Banco do Estado CGD o crédito bancário disparou em 2015. Será que a redução deste imposto (IMT) tem a ver com a falta de aposta de fixação de pessoas no concelho de Penela?? Reforço com a certeza de que muitas foram as pessoas que no último ano deixaram Penela para morar em Coimbra, poderia referir alguns, mas fico-me com a minha frase “Eu ainda moro no mesmo lugar e quero continuar.” -----

Em 2015 verificamos um aumento de receitas transferidas do FEF para receitas correntes, aqui devo referir que a transferência de competências do estado-central, para local (autarquias) deve ser acompanhado de transferência de verbas e neste caso verificou-se, tendo aumentado as receitas FEF. -----

Verifica-se também um aumento de arrecadação da autarquia na comparticipação de IRS. Aqui quero vincar e reforçar a posição e proposta dos vereadores do PS em devolver uma parte deste imposto aos Penelenses dado que este aumento surge da forte carga fiscal com atrás foi referido. -----

É de referir que no contexto das despesas correntes os custos com pessoal e aquisição de bens e serviços abarcam a “Fatia de Leão” de 54%. -----

No campo da despesa cito “As despesas Correntes(...) (...) maioritariamente se tratam de despesas fixas de funcionamento”, da autarquia. -----

Seguindo a evolução do gráfico (custos com pessoal) analisando o período temporal de 10 anos – 2005/2015 houve um aumento de despesas com pessoal de 1.756 Me para 1.937 Me, será que reduzimos postos de trabalho e aumentamos custos com pessoal??"

Nas atividades mais relevantes verifica-se também que entre a dotação prevista (despesas) e o montante realizado existem diferenças significativas.

Relativamente aos acréscimos de proveitos, realço a correta determinação técnica dos mesmos, no entanto, lamento que o executivo no próximo ano não acate a proposta dos PS de redução da taxa de IMI geral e devolução de parte da comparticipação de IRS

Relata o relatório de Gestão "... As autarquias Locais por sua vez, têm como objetivo fundamental a satisfação das necessidades prioritárias dos munícipes e, como objectivo acessório o lucro..." Esta expressão não devia estar contemplada no relatório mas sim; como objetivo acessório a sua sustentabilidade.

Relata-se também "a cobrança de Impostos e Taxas (IMI, IMT, IUC) apresentam um decréscimo de 63.536.12,00€ (-20,24)". Deverá ser corrigido no relatório, porque as receitas de IMI aumentaram.

No âmbito das custos e perdas extraordinárias há factos relevantes no ano de 2015 que em momento algum são relatos nestes documentos, nomeadamente o perdão de dívida ou dívida incobrável que aconteceu em 2015 e reflete a incapacidade de cobrança a clientes na ordem dos 70.000€.

Em suma a execução orçamental tem o cunho próprio do executivo, podendo sempre ser discutido, analisado e criticável, realçando sempre que há aspetos em que o partido Socialista atua de forma igual e noutros completamente diferente, naturalmente tem a ver com a forma e da ótica de quem gere recursos. Na certeza de que faríamos diferente e melhor, respeitamos o trabalho feito pelo executivo PSD.

Quero deixar a palavra de apreço aos técnicos que durante o ano trabalharam a parte de forma a obter o correto, explícito e competente resultado de todas as demonstrações contabilísticas/ financeiras."

O senhor Presidente da Câmara referiu ser óbvio que a estrutura das receitas do município de Penela é diferente dos outros sendo difícil de compreender a estratégia apresentada. Ainda que houvesse aumento exponencial de receita seriam bagatelares face a outros municípios de diferente densidade populacional.

O senhor Presidente da Câmara referiu ser óbvio que a estrutura das receitas do município de Penela bem como dos Municípios de baixa densidade estão muito dependentes das transferências do Estado. Assim as receitas próprias assumem uma importância menor.

O senhor Vereador Paulo Roxo, como referiu disse depender de quem gere recursos e defende estratégia. Defendeu que podemos captar impostos com o aumento de quem os gere, é essa a estratégia.

O senhor Presidente referiu que o Partido Socialista apresenta uma estratégia bipolar. Quer aumentar as receitas próprias que advém dos impostos municipais ao mesmo tempo que quer reduzir a incidência sobre esses mesmos impostos ou aboli-los ignorando as tendências demográficas e sócio-económicas da região, do país e da Europa.

O senhor Vereador Paulo Roxo referiu que se houver mais população gerará mais dinâmica.

O senhor Presidente disse estarmos em Portugal, na Europa e no concelho com problemas de perda de população.

De seguida foram colocados à votação os diferentes documentos, que mereceram as seguintes deliberações.

6.1 – BALANÇOS, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE E VOTAÇÃO: Foram apresentados ao órgão executivo os documentos que constituem as Contas Finais da Gerência, que se encontram integralmente elaborados, relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro de dois mil e quinze, para efeitos de discussão e votação, a fim de ser apresentada ao respetivo órgão deliberativo e posterior remessa ao Tribunal de Contas e demais entidades.

Verificou-se que o documento em apreciação indicava os seguintes valores:

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:

- Da Conta Execução Orçamental: 60.364,95€ (sessenta mil, trezentos e sessenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos);

- Da Conta Operações de Tesouraria: 198.988,82€ (cento e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos);



- Em Documentos de Cobrança: 62.977,82 (sessenta e dois mil, novecentos e setenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos).-----

- SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE: -----

- Da Conta Execução Orçamental: 60.364,95€ (sessenta mil, trezentos e sessenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos);-----

- Da Conta Operações de Tesouraria: 198.988,82€ (cento e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos).-----

- Em Documentos de Cobrança: 62.118,58 (sessenta e dois mil, cento e dezoito euros e cinquenta e oito cêntimos).-----

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS-----

CUSTOS E PERDAS: -----

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: 245.121,79€ (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e vinte e um euros e setenta e nove cêntimos). -----

Fornecimentos e Serviços Externos: 1.717.556,92€ (um milhão, setecentos e dezassete mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e noventa e dois cêntimos). -----

Custos com o Pessoal: -----

- Remunerações: 1.508.193,38€ (um milhão, quinhentos e oito mil, cento e noventa e três euros e trinta e oito cêntimos). -----

- Encargos Sociais: 472.824,26€ (quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e quatro euros e vinte seis cêntimos). -----

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais: 471.526,04€ (quatrocentos e setenta e um mil, quinhentos e vinte e seis euros e quatro cêntimos). -----

Amortizações do Exercício: 2.695.887,20€ (dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete euros e vinte cêntimos). -----

Provisões do exercício: 7.624,64€ (sete mil, seiscentos e vinte e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos). -----

Outros custos e perdas operacionais: 6.153,24€ (seis mil, cento e cinquenta e três euros e vinte e quatro cêntimos); -----

Custos e Perdas Financeiros: 72.005,59€ (setenta e dois mil, cinco euros e cinquenta e nove cêntimos).-----

Custos e Perdas Extraordinários: 133.660,84€ (cento e trinta e três mil, seiscentos e sessenta euros e oitenta e quatro cêntimos). -----

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS: 7.330.553,90€ (sete milhões, trezentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e três euros e noventa cêntimos). -----

PROVEITOS E GANHOS: -----

Vendas e Prestações de Serviços: -----

Vendas de Produtos: 231.442,50€ (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos). -----

Prestações de Serviços: 356.669,22€ (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove euros e vinte e dois cêntimos). -----

Reembolsos e restituições: -2.477,58€ (dois mil, quatrocentos e setenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos) negativos. -----

Impostos e Taxas: 771.136,97€ (setecentos e setenta e um mil, cento e trinta e seis euros e noventa e sete cêntimos). -----

Transferências e Subsídios Obtidos: 4.126.228,70€ (quatro milhões, cento e vinte seis mil, duzentos e vinte e oito euros e setenta cêntimos). -----

Outros Proveito e Ganhos operacionais: 218.881,88€ (duzentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos). -----

Proveitos e Ganhos Financeiros: 286.999,21€ (duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e nove euros e vinte e um cêntimos). -----

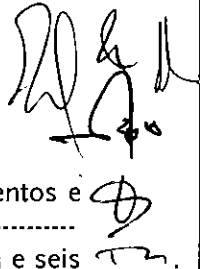
Proveitos e Ganhos Extraordinários: 554.749,12€ (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e nove euros e doze cêntimos). -----

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS: 6.543.630,02€ (seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta euros e dois cêntimos). -----

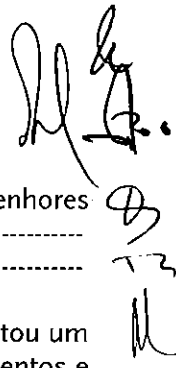
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - 786.923,88€ (setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte e três euros e oitenta e oito cêntimos), negativos. -----

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL -----





RECEITA COBRADA LIQUIDA: 7.225.534,15€ (sete milhões, duzentos e vinte cinco mil, quinhentos e trinta e quatro euros e quinze cêntimos). -----
ENTRADA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 376.438,34€ (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito euros e trinta e quatro cêntimos). -----
RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA: 609,77€ (seiscentos e nove euros e setenta e sete cêntimos). -----
DESPESA EFETUADA: 7.177.917,25€ (sete milhões, cento e setenta e sete mil, novecentos e dezassete euros e vinte cinco cêntimos). -----
SAÍDA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA: - 401.423,83€ (quatrocentos e um mil, quatrocentos e vinte e três euros e oitenta e três cêntimos). -----
RECEITA VIRTUAL COBRADA: - 1.469,01€ (mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e um cêntimo). -----
BALANÇO-----
ACTIVO -----
Imobilizado: -----
Bens do Domínio Público: 15.294.834,85€ (quinze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos). -----
Imobilizações Corpóreas: 18.765.506,12€ (dezoito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e seis euros e doze cêntimos). -----
Investimentos Financeiros: 622.879,38€ (seiscentos e vinte e dois mil, oitocentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos). -----
Mercadorias: 13.870,49€ (treze mil, oitocentos e setenta euros e quarenta e nove cêntimos). -----
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo: 360.319,39€ (trezentos e sessenta mil, trezentos e dezanove euros e trinta e nove cêntimos). -----
Depósitos em Instituições Financeiras: 223.707,39€ (duzentos e vinte e três mil, setecentos e sete euros e trinta e nove cêntimos). -----
Caixa: 207,74€ (duzentos e sete euros e setenta e quatro cêntimos).-----
Acréscimos e diferimentos: 838.323,28€ (oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e três euros e vinte oito cêntimos).-----
TOTAL DO ATIVO: 36.119.648,64€ (trinta e seis milhões, cento e dezanove mil, seiscentos e quarenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos). -----
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO -----
FUNDOS PRÓPRIOS: -----
Património: 40.112.078,69€ - (quarenta milhões, cento e doze mil, setenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos). -----
Ajustamento de partes de capital em empresas: 4.750,00(quatro mil, setecentos e cinquenta euros). ---
SUBSÍDIOS: 56.758,02 (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros e dois cêntimos).
RESULTADOS TRANSITADOS: -17.562.568,00 (dezassete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito euros) - negativos. -----
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: -786.923,88€ (setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte e três euros e oitenta e oito cêntimos) - negativos. -----
PASSIVO: -----
Dívidas a Terceiros: -----
Médio e Longo Prazos: 4.095.302,30€ (quatro milhões, noventa e cinco mil, trezentos e dois euros e trinta cêntimos). -----
Curto Prazo: 727.925,78(setecentos e vinte sete mil, novecentos e vinte cinco euros e setenta e oito cêntimos). -----
Acréscimos de custos: 440.260,65 (quatrocentos e quarenta mil, duzentos e sessenta euros e sessenta e cinco cêntimos). -----
Proveitos Diferidos: 9.032.065,08 (nove milhões, trinta e dois mil, sessenta e cinco euros e oito cêntimos). -----
Foram apresentados todos os documentos de prestação de contas, integralmente elaborados, elencados no anexo I da Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e um -- segunda secção, de doze de Julho e Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e quatro, alterada pela Resolução número seis dois mil e treze. -----
Os referidos documentos encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----
Feita a respetiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão dos referidos documentos de gestão. -----



----- Posto à votação foram os mesmos aprovados por maioria, com voto contra dos senhores vereadores do Partido Socialista.-----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

6.2 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - A gerência do ano de dois mil e quinze apresentou um Resultado Líquido do Exercício no valor de -786.923,88€ (setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte e três euros e oitenta e oito centimos - negativos). -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com voto contra dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar este valor que nos termos do números dois ponto sete ponto três ponto um e, dois ponto sete ponto três ponto dois do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro traço A, barra noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, transitará para Resultados Transitados. -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

6.3 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES - ANÁLISE E VOTAÇÃO: Feita a apresentação pelo senhor Presidente, passou-se à discussão dos documentos de execução anual: -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

Montante Previsto: 1.989.529,38€ (três milhões, sessenta e cinco mil e noventa euros).-----

Montante Executado: 1.600.756,16€ (oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis euros e três centimos). -----

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES: -----

Montante Previsto: 2.478.316,66€ (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, cento e dezoito euros e trinta e cinco centimos). -----

Montante Executado: - 1.908.179,45€ (um milhão, oitocentos e noventa e seis mil, cento e quinze euros e setenta e seis centimos). -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO: -----

Montante Previsto: 4.467.846,04€ (seis milhões, seis mil, duzentos e oito euros e trinta e cinco centimos). -----

Montante Executado: 3.508.935,61€ (dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil, um euro e setenta e nove centimos). -----

----- Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com voto contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista. -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

6.4 - RELATÓRIO DE GESTÃO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi enviado para análise e discussão o Relatório de Gestão respeitante ao ano de dois mil e quinze.-----

----- Após apreciação efetuada pelos membros presentes, passou-se à discussão do referido documento, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com voto contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista aprovar o referido relatório de gestão. -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

7. MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - 1ª REVISÃO: Pelo senhor Presidente foi efetuada breve explicação sobre os reforços e anulações, em algumas rubricas, constantes da presente revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, tendo a Câmara deliberado o seguinte:-----

7.1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a primeira Revisão das Grandes Opções do Plano para o corrente ano com REFORÇOS no valor de 65.500,00€ (sessenta e cinco mil e quinhentos euros) e anulações no valor de 75.825,00€ (setenta e cinco mil, oitocentos e vinte cinco).-----

----- Mais deliberou submeter o documento à aprovação da Assembleia Municipal.-----

7.2 - ORÇAMENTO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a primeira Revisão ao Orçamento para o corrente ano, com REFORÇOS na RECEITA no valor de 49.946,67€ (quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis euros e sessenta e sete centimos) e no orçamento da DESPESA com REFORÇOS no valor de

145.271,67€ (quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta e um euros e setenta e cinco cêntimos) e ANULAÇÕES no valor de 95.325,00€ (noventa e cinco mil, trezentos e vinte cinco euros).

Mais deliberou submeter o documento à aprovação da Assembleia Municipal.-----
Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----
“Os Vereadores do Partido Socialista na linha do que tem sido a sua posição abstêm-se, no entanto referiram entender perfeitamente o que motiva tal revisão, nomeadamente a conta de gerência que é obrigatório e manifestar o agrado, por finalmente entenderam que quando falam de demasiadas rubricas nesta forma termos começado a corrigir e clarificar algumas que criaram motivo de dúvida. ---

8. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PENELA – 1ª ALTERAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi justificado a primeira alteração ao ARU de Penela, fazendo presente a informação dos serviços, cujo conteúdo se dá por transcrito. -----

Assunto: primeira alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Penela -----
Data: 18.abril.2016 -----

Na sequência da “Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Penela”, aprovada pela Assembleia Municipal de Penela, em sessão ordinária de 14 de dezembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal de 30 de novembro de 2015, submete-se agora a aprovação a primeira alteração à delimitação da ARU de Penela. -----

Esta alteração consiste essencialmente à retificação dos limites da ARU, propondo-se um acréscimo à área de intervenção base inicialmente considerada.-----

A delimitação agora proposta, com uma área de 21,20 ha, abrange não só a área urbana mais antiga, associada à génese da vila, coincidente com o seu Centro Histórico, mas também núcleos de edifícios que, apesar de mais recentes, foram construídos, na maior parte dos casos, há mais de três décadas, constituindo, conseqüentemente, potenciais edifícios alvo de reabilitação. Esta alteração, à delimitação aprovada inicialmente, integra igualmente o convento de Santo António e respetiva área envolvente, constituindo-se desta forma uma oportunidade de reabilitar um edifício que é uma referência em termos de arquitetura Religiosa.-----

De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), após a delimitação de uma ARU, é possível proceder a alterações dessa delimitação, seguindo os procedimentos aplicáveis para a sua aprovação, constantes no artigo 13.º.-----

Neste sentido, foi elaborado o documento de síntese designado por “Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Penela – Primeira Alteração”, documentada em anexo, que visa dar cumprimento ao preconizado nos artigos 13.º e 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. -----

Atendendo ao exposto, proponho que superiormente seja adotado o seguinte procedimento:-----

a) Envio à Câmara Municipal para apreciação e aprovação da “Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Penela - Primeira Alteração”, incluindo a aprovação do quadro de benefícios fiscais proposto;-----

b) Caso a proposta apresentada venha a merecer aprovação, deverá, ainda, ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão o ato de aprovação da Delimitação da ARU, sob proposta da câmara municipal, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. -----

c) Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, deverão ser subsequentemente promovidos os seguintes procedimentos, para cumprimento dos números 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU: Publicação de Aviso na 2ª série do DR e divulgação na página eletrónica do município;-----
Simultaneamente com o envio para publicação do Aviso citado, deverá ser remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P, por meios eletrónicos, o ato de aprovação da primeira alteração à delimitação da ARU.-----

----- O senhor Vereador Eduardo Santos, disse ter ficado com algumas dúvidas. Relativamente à justificação sobre a inclusão do Convento de Santo António pareceu-lhe sensata mas quanto ao resto não, pois tratam-se de casas com trinta anos ou mais recentes e portanto parece-lhe estarem a sair da ideia inicial para beneficiar algo. -----

----- O senhor Presidente, disse entender a importância de recuperar o parque de campismo para o poder candidatar como saiu o regulamento da candidatura. Sensatamente optámos por o alargar e assim poder candidatar. Os privados são muito poucos.-----

D
Helt
13
Sps

----- O senhor Vereador Paulo Roxo, sobre o que disse o Vereador Eduardo Santos compreende assim como o Presidente da Câmara é de nosso interesse fazer esta revisão mas como o mesmo disse fazemos definição da ARU para Penela e como tudo na vida há que definir uma estratégia onde estamos e para onde queremos ir ver para além do nosso alcance. Foi uma falta agora corrigida.-----

----- O senhor Vereador Eduardo Santos, sobre o braço que abrange o convento/parque de campismo, gostaria de saber porque é que ficaram duas casas de fora, na Eira da Lage.-----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu que ficaram de fora para não fugir aos limites do Plano de Salvaguarda e por se tratarem de prédios constituídos em regime de propriedade horizontal, e por isso não elegíveis ao programa. Por último acrescentou que o limite definido para a ARU é um documento técnico e não político.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com voto contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar a primeira alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Penela.-----

Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

----- O senhor Vereador Eduardo Santos:-----

"Concordo na generalidade com o princípio e relembro que nós próprios defendemos a criação das ARU's em sede de campanha eleitoral. Faltou-me perceber o critério técnico, para definição desta alteração. Por não o entender, fica assim justificado o meu sentido de voto."-----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo:-----

"Verificamos que ainda assim podíamos abranger algumas zonas, seguindo o critério para a zona de definição da ARU"-----

----- O senhor Presidente da Câmara, em jeito de resposta às declarações de voto, referiu que esta primeira alteração à ARU de Penela se encontra tecnicamente justificada na informação e proposta de limitação apresentadas. A leitura do ponto 2.2 do documento apresentado, permite de forma clara perceber os critérios considerados uma vez que se privilegiou os núcleos de edifícios, que apesar de mais recentes e de não integrar a área urbana mais antiga foram maioritariamente construídos há mais de trinta anos, constituindo por esta via edifícios potencialmente alvo de reabilitação. Não se deve, na nossa opinião, alterar os critérios técnicos previamente definidos por ajustamentos casuísticos.-----

9. COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL – PROGRAMA: Pelo senhor Presidente foi dado conta do programa das comemorações do *25 de abril*, fazendo presente o mesmo. Deu conta que o mesmo foi formatado com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que não vai poder estar presente em representação da Autarquia, mas que se fará representar pelo primeiro secretário da mesa. Informou que este ano as comemorações serão dedicadas aos 40 anos do poder democrático. Para dar visibilidade à democracia participada serão inaugurados os dois projectos que ganharam os primeiros lugares do Orçamento Participativo, nomeadamente o Fitness Parque e o Skate Parque.-----

----- O senhor Vereador Eduardo Santos disse lamentar, mais uma vez, a falta de cortesia pelo facto do senhor Presidente apresentar um programa, com convidados, e lhes perguntar se têm alguma sugestão, em tom irónico. No seu entender, a sugestão seria participar na sua elaboração, mas como tem sido prática comum, tal não aconteceu.-----

----- O senhor Presidente da Câmara, referiu que o Estatuto da Oposição prevê um conjunto de direitos e prerrogativas aos membros do executivo, entre os quais o direito de fazer sugestões, propostas e programas sem estarem condicionados ao convite do Presidente da Câmara ou dos Vereadores com pelouro. Comemorando-se o 25 de abril há mais de quatro décadas neste Município, sucessivamente, e houvesse interesse e preocupação por parte dos senhores vereadores do Partido Socialista na formatação e discussão do programa 25 de abril, não teria de estar condicionado à apresentação desta proposta.-----

----- O senhor Vereador Eduardo Santos, referiu que a desculpa para o programa do 25 de abril foi o facto de se comemorar há mais de 40 anos mas, para outros eventos, em que tomam conhecimento dos mesmos por afixação de cartazes ou convites genéricos da comunicação do Município e só então se é convidado pelo Município, igual postura se verifica.-----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo, pegando na sugestão opinou que, relativamente à inauguração das obras dos projectos vencedores deveriam ser convidados os jovens autores, previamente, ao que o senhor Presidente informou terem já sido convidados para intervir.-----

----- O senhor Vice-Presidente acrescentou que o ciclo de conferências, supostamente, deveria realizar-se no sábado mas, dada a temática achou-se mais lógico realizar-se no dia 25 de abril.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar o programa das Comemorações do 25 de abril.-----

----- Os senhores Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração de voto: ----

O senhor Vereador Paulo Roxo, "*Deixa uma dica: acha que os Vereadores da Oposição devem fazer propostas e ouvidas pelo executivo, que é dedicado dado ser a única função que têm. Dado não terem pelouros seria no mínimo simpático que fossem convidados a participar na elaboração do programa. Quanto ao programa em apreço enquadra-se*"-----

O senhor Vereador Eduardo Santos: "*o que seria importante era trazer os assuntos com antecedência, para não sermos surpreendidos com cartazes antes de ser aprovado o programa.*"-----

----- O senhor Vice-Presidente disse ter sido autarca durante oito anos e sempre entendeu este tipo de atuação. Na altura chegou a reunir antecipadamente com a Assembleia Municipal e não com a Câmara Municipal, que foi o que aconteceu.-----

10. EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DE VENDA DOS MOINHOS, GROcinAS, CASAL NOVO, VIAVAI, ESTRADA DE VIAVAI, SÃO PAULO, RIBEIRINHO E GAGOS – 1ª. FASE. CONCURSO PÚBLICO: Pelo senhor Presidente foi presente o processo de concurso mencionado em epígrafe, com vista à abertura de procedimento.-----

10.1 - APROVAÇÃO DO PROJECTO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto da empreitada referida em epígrafe.-----

10.2 - APROVAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE PROCEDIMENTO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Caderno de Encargos e Programa de Concurso referentes à empreitada de "Rede de saneamento de Venda dos Moinhos, Grocinas, Casal Novo, Viavai, Estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos – 1ª. fase.-----

10.3 - ABERTURA DE CONCURSO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, abrir concurso público, nos termos do artigo octogésimo do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, pelo preço base € 102 524,78 (cento e dois mil quinhentos e vinte e quatro euros e setenta e oito cêntimos), para a execução dos trabalhos referidos em epígrafe.-----

10.4 . JURI DO PROCEDIMENTO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o júri de concurso, proposto sendo Presidente, João Póvoa Rodrigues (Chefe de Divisão), 1º Vogal, Elisabete Irene Alexandre Fernandes (Coordenadora Técnica), 2º Vogal Rita Cristina Nunes Vaz, Assistente Técnica, 1º Vogal suplente João Manuel Falcão (Chefe de Gabinete) e 2º Vogal suplente Margarida Maria de Sousa Rainho Meneses (Engenheira Civil).-----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo, alertou o senhor Presidente para o facto de, sendo a Venda das Figueiras um lugar de bastante crescimento, ultimamente, que não fique esquecido eternamente.

----- O senhor Presidente respondeu que já existe projeto para a zona mas a Câmara não consegue ir a todo o lado ao mesmo tempo. Só com fundos comunitários.-----

11. QUEBRA DE VIDRO EM VIATURA. INDEMNIZAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi presente a informação dos serviços, a seguir transcrita, propondo uma indemnização por quebra de vidro a uma viatura, propriedade do senhor Sérgio Paulo Pedro Rodrigues.-----

Quebra de vidro de viatura. Indemnização ao lesado.-----
Informação -----

No decurso da realização de trabalhos de limpeza da zona envolvente ao Parque Logístico, uma pedra projetada pelo limpa bermas ou pelas moto-roçadoras quebrou o vidro da viatura Toyota Hiace, matrícula 85-75-JH, propriedade de Sérgio Paulo Pedro Rodrigues, que, como habitualmente estava estacionada no perímetro do Parque Logístico.-----

A reparação do dano, só possível através da substituição do vidro partido, tem o custo de 227,55 € ou 209,10 €, caso não seja necessário substituir o friso do adorno ao para-brisas, conforme orçamento em anexo.-----

Atendendo a que os trabalhos de limpeza estavam a ser efetuados por funcionários do Município, a responsabilidade pelo ressarcimento dos danos causados a terceiros recai sobre o Município.-----

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indemnizar o lesado, Sérgio Paulo Pedro Rodrigues, NIF 220589798, pelo custo efetivo suportado com a substituição do vidro da viatura 85-75-JH, até ao montante de 227,55 €, mediante apresentação do comprovativo da despesa paga. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indemnizar o lesado, Sérgio Paulo Pedro Rodrigues, no valor de 227,55€ (duzentos e vinte sete euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

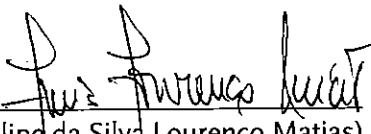
-----Pelo senhor Vereador Eduardo Santos, a propósito do assunto, foi proferida a seguinte recomendação:-----

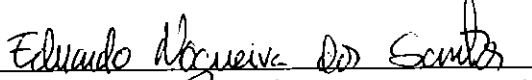
----- *Recomenda que fossem pedidas propostas de seguro de responsabilidade civil para prevenir e que cubram este tipo de situações.* -----

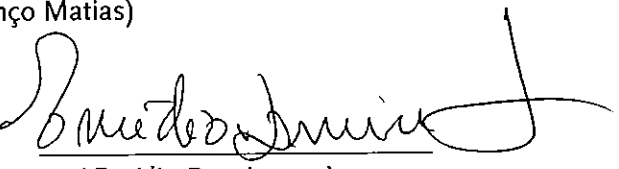
----- O senhor Presidente informou que está a ser preparado o processo para abertura de concurso geral. -----


ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido aprovada esta ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro . -----

A Câmara Municipal,

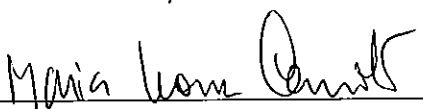

(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)


(Eduardo Jorge Mendes Nogueira Santos)


(Emídio Domingues)


(Rafael Cândido Justino Baptista)
A Técnica Superior,


(Paulo António Silva Roxo)


(Maria Leonor dos Santos Ca)